

Silêncio Institucional e seus desdobramentos éticos: Uma análise do caso Jeffrey Epstein.

Helena Sencades Soriano¹

Helderson Mariani Pires²

Resumo

O presente artigo analisa o caso Jeffrey Epstein a partir das relações entre poder, comunicação e silenciamento institucional, buscando compreender como diferentes estruturas sociais, políticas e midiáticas contribuíram para a manutenção de sua influência pública e para a invisibilização de denúncias de abuso sexual ao longo de décadas. Fundamentado nas contribuições de Michel Foucault sobre poder, discurso e regimes de verdade, bem como nos estudos de Carolina Terra, Bianca Marder Dreyer e João Francisco Raposo acerca da comunicação organizacional, da transparência e da responsabilidade social, o trabalho investiga o papel desempenhado por instituições, meios de comunicação e estratégias de gestão da imagem na construção e preservação de determinadas narrativas públicas. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter qualitativo, na qual o cunho investigativo constitui o eixo predominante da análise, permitindo examinar documentos, reportagens, entrevistas e produções audiovisuais relacionadas ao caso. Os resultados indicam que a permanência da legitimidade social de Epstein não pode ser atribuída exclusivamente ao seu capital econômico ou às suas conexões políticas, mas também à atuação de redes de poder que influenciaram a circulação de informações e a visibilidade das denúncias. Conclui-se que a comunicação pode atuar tanto como mecanismo de manutenção de estruturas de poder quanto como instrumento de questionamento e responsabilização social, evidenciando a importância da ética, da transparência e do compromisso com o interesse público nas práticas comunicacionais.

¹ Aluna da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação e participante do programa de Iniciação Científica da FAPCOM. Email; 252138@sou.fapcom.edu.br

² Professor e Orientador deste projeto de Iniciação Científica. Email: helder.mariani@fapcom.edu.br

Palavras-chave: poder; comunicação organizacional; silenciamento institucional; gestão da reputação; Jeffrey Epstein.

Introdução

O silêncio também comunica: Mas até que ponto a omissão dos profissionais da comunicação contribui para a permanência de violências como estupro, assédio e pedofilia?

Esse foi um dos meus primeiros questionamentos ao tomar conhecimento do caso de Jeffrey Epstein, Bilionário acusado de articular um dos maiores, se não o maior esquema de redes de pedofilia e tráfico sexual já vistos na humanidade. No entanto, é fundamental esclarecer que essa pergunta não possui uma resposta certa ou definitiva. Reduzir um tema de tamanha complexidade a uma única questão seria inaceitável da minha parte, pois envolve não apenas instituições, mas vidas humanas, e todas nós, no fim, somos pessoas com medos e limitações. O papel do profissional de comunicação, especialmente em casos de gravidade extrema como este, é essencial, mas também profundamente desafiador. Os profissionais da área não são apenas mediadores de mensagens, mas agentes que moldam a percepção pública, o que, em situações de violência e abuso, traz uma responsabilidade ética imensa. Ao lidar com temas tão delicados, a comunicação não pode ser um instrumento de ocultação ou defesa, mas deve servir de ponte para a transparência, o acolhimento das vítimas e a responsabilização de todos os envolvidos. Nesse sentido, Jones Machado (2020), afirma que a gestão da comunicação em momentos de crise exige muito mais do que métodos e técnicas profissionais, demandando sensibilidade, ética, respeito, responsabilidade e empatia por parte daqueles que conduzem os processos comunicacionais. Para o autor, a comunicação desempenha papel fundamental ao informar, esclarecer, aproximar pessoas e fortalecer vínculos sociais, especialmente em contextos marcados pela vulnerabilidade e pelo sofrimento humano.

Sob essa perspectiva, a atuação dos profissionais de comunicação diante de denúncias de violência sexual não deve estar orientada exclusivamente pela preservação da reputação institucional ou pela contenção de danos à imagem pública. Ao contrário, deve-se priorizar o compromisso com a verdade, a transparência e o interesse público. No caso Epstein, a

permanência de narrativas que minimizam ou inviabilizaram as denúncias demonstra como a comunicação pode ser utilizada tanto para promover responsabilização quanto para reforçar mecanismos de silenciamento. Dessa forma, a reflexão proposta por Machado (2020) reforça que a ética deve ocupar posição central na gestão comunicacional, sobretudo quando estão em jogo direitos humanos, proteção das vítimas e a necessidade de romper estruturas que favorecem a impunidade.

Surgiu também outro questionamento inevitável: Jeffrey Epstein era realmente tão poderoso a ponto de provocar medo extremo em tantas pessoas, silenciar vítimas, influenciar figuras públicas e impedir denúncias durante tantos anos? Ou o que sustentava sua influência era justamente a existência de uma estrutura social, política e midiática que preferia se omitir diante dos sinais evidentes de violência? Afinal, não se tratava apenas de um homem rico, mas de alguém cercado por empresários, políticos, celebridades, membros da realeza e profissionais da comunicação que, direta ou indiretamente, ajudaram a manter intacta uma imagem pública capaz de mascarar crimes extremamente graves. Essa reflexão dialoga com Michel Foucault em seu livro *Microfísica do Poder* (1978), para quem o poder não deve ser compreendido apenas como algo concentrado em indivíduos ou instituições específicas, mas como uma rede de relações que atravessa todo o corpo social. Dessa forma, mais do que investigar o poder pessoal de Epstein, torna-se relevante compreender as estruturas e os mecanismos que permitiram a manutenção de sua influência durante décadas.

Poder, verdade e silêncio institucional: contribuições de Michel Foucault

Para compreender como determinadas estruturas sociais contribuem para a manutenção de relações de poder e para o silenciamento de denúncias, torna-se relevante recorrer às contribuições teóricas de Michel Foucault. Em *Microfísica do Poder*, o autor propõe uma compreensão do poder que ultrapassa a ideia de dominação exercida exclusivamente por indivíduos ou instituições centrais. Para Foucault, o poder circula por meio de uma rede de relações que atravessa todo o corpo social, manifestando-se em práticas cotidianas, discursos, instituições e mecanismos de controle social.

Nessa perspectiva, o poder não deve ser entendido apenas como repressão ou proibição. Foucault argumenta que ele também possui um caráter produtivo, uma vez que produz saberes, discursos, normas e formas de comportamento socialmente aceitas. O poder atua definindo aquilo que pode ser dito, quem pode falar e quais narrativas serão consideradas legítimas em determinado contexto social.

Essa reflexão está diretamente relacionada ao conceito de "regime de verdade". Segundo o autor, cada sociedade estabelece mecanismos que determinam quais discursos serão reconhecidos como verdadeiros e quais serão desqualificados ou marginalizados. A verdade não existe de forma neutra ou independente das relações sociais; ela é produzida e legitimada por instituições, práticas discursivas e estruturas de poder que influenciam a percepção coletiva dos acontecimentos.

Dessa forma, a análise de casos envolvendo escândalos públicos, gestão de reputação e silenciamento institucional pode beneficiar-se da perspectiva foucaultiana. Mais do que identificar indivíduos responsáveis por determinadas ações, torna-se necessário compreender as redes de relações, os discursos legitimados e os mecanismos institucionais que contribuem para a manutenção de determinadas posições de poder. Sob essa ótica, o caso Jeffrey Epstein constitui um exemplo relevante para refletir sobre como estruturas sociais, políticas, midiáticas e comunicacionais podem atuar na construção, preservação ou questionamento de determinadas narrativas públicas.

O Caso Príncipe Andrew e a Comunicação de Crise na Monarquia Britânica

Dentro dessa estrutura de poder e proteção institucional, Epstein não só documentava as sessões de estupro e tortura como também chamava outras celebridades e pessoas poderosas para participar. Um desses exemplos é o Príncipe Andrew, oitavo na linha de sucessão ao trono britânico. A equipe de RP do ex-duque de York, a quem teve seu título revogado justamente pelas suspeitas e investigações com o envolvimento no caso, articulou uma entrevista com a BBC em 2019, ano em que Jeffrey foi preso, para justificar sua possível amizade com o financista e sua esposa Ghislaine Maxwell, quem Andrew descreve como ponte entre o monarca

e Epstein. São 50 minutos de entrevista onde conseguimos ver que não existe remorso e nem pesar pelo o que as vítimas passaram, afinal, não existe media training o suficiente que faça uma pessoa desenvolver empatia. Foi basicamente uma tentativa falha de tentar livrar o príncipe de maus lençóis com a imprensa, pois sabemos que é disso que a família real britânica vive, de aparências. Eles não exercem mais poder econômico ou político no resto do mundo, então o que sobra para a realeza para tentar manter a sua posição de soberania é exercer uma boa imagem ao público. Então, quando esses escândalos envolvendo o nome do príncipe começaram em 2019, é natural pensar em toda uma instituição, pois é isso que ele leva nas costas, cada membro da família real leva séculos de história consigo, eles não representam só a eles mesmos, mas sim algo muito maior. Então não seria exatamente “Por que o Príncipe Andrew era amigo de Jeffrey Epstein?” E sim “Por que o irmão do futuro rei da Inglaterra (Estamos falando de 2019) tem seu nome envolvido com uma das cadeias de pedófilas mais sujas e perigosas que foram vistas? Como é possível o Duque e a Duquesa de Cambridge fazerem visitas periódicas a hospitais de crianças com doenças terminais, ou em centros de apoio a violência contra a mulher e de repente o mundo todo ser bombardeado com a notícia de que o Duque de York considerava como um amigo o condenado por estupro de centenas jovens?” Não faz sentido para a imagem da família. Isso evidencia como a comunicação institucional e as estratégias de Relações Públicas, muitas vezes, não são utilizadas para acolher vítimas ou promover responsabilidade social, mas sim para preservar estruturas de poder e proteger reputações já consolidadas. Nesse sentido, Foucault (1979) argumenta que o poder não opera exclusivamente por meio da repressão ou da proibição, mas também através da produção de discursos, saberes e práticas sociais. Assim, estratégias de comunicação e gerenciamento de crise podem funcionar como mecanismos de manutenção de determinadas estruturas de poder ao moldar percepções públicas e estabelecer quais narrativas serão legitimadas socialmente. A entrevista do príncipe Andrew se tornou um exemplo clássico de gerenciamento de crise fracassado justamente porque a preocupação parecia estar muito mais centrada na manutenção da imagem da monarquia do que na gravidade das acusações envolvendo Epstein e Maxwell. Em nenhum momento a narrativa construída pela equipe

conseguiu gerar identificação emocional com o público ou demonstrar verdadeira consciência sobre o peso simbólico daquela relação.

Nesse sentido, a utilização da comunicação exclusivamente para preservação de reputações institucionais pode entrar em conflito com princípios de transparência e responsabilidade social.

Além disso, o caso também levanta um questionamento importante sobre os limites éticos do trabalho dos profissionais da comunicação. Até que ponto o papel do Relações Públicas deve ir quando a figura assessorada está envolvida em escândalos ligados à violência sexual, exploração e abuso? Existe uma linha muito tênue entre gerenciamento de imagem e tentativa de limpeza moral de figuras públicas poderosas. Em situações como essa, o silêncio, a omissão e até mesmo as estratégias de suavização da narrativa podem funcionar como mecanismos que ajudam a preservar sistemas de privilégio e impunidade. No caso da família real britânica, a crise ultrapassa a figura individual do príncipe Andrew porque a monarquia trabalha diretamente com símbolos, tradição e construção de legitimidade pública. A imagem da realeza depende quase exclusivamente da percepção popular, da ideia de respeito institucional e da manutenção de uma aparência moralmente impecável. Quando um membro da família é associado a crimes dessa magnitude, não é apenas a reputação pessoal dele que entra em colapso, mas também toda a narrativa cuidadosamente construída pela instituição ao longo de décadas.

Dessa forma, o caso Epstein não revela apenas crimes sexuais e redes de poder, mas também expõe como a comunicação pode ser utilizada como ferramenta de proteção institucional, mesmo diante de violências extremamente graves. Isso faz surgir um debate essencial sobre responsabilidade ética na comunicação: em que momento o esforço para preservar uma imagem pública passa a contribuir para o apagamento das vítimas e para a normalização de estruturas violentas?

A Reportagem de Vicky Ward e os Bastidores do Silêncio Midiático

Em 2003, a jornalista Vicky Ward escreveu uma reportagem sobre Jeffrey Epstein para a revista Vanity Fair. Inicialmente, o interesse da publicação estava centrado na figura misteriosa de Epstein: um homem pouco conhecido pelo grande público e pela própria mídia, mas que, ainda

assim, mantinha relações extremamente próximas com empresários, celebridades e figuras influentes da política norte-americana, como Donald Trump. A proposta original era produzir apenas uma coluna social sobre o bilionário e seu círculo de influência.

No entanto, durante o processo de investigação, a pauta começou a tomar proporções muito mais graves. Vicky Ward afirmou que uma de suas fontes relatou conhecer uma mulher que havia tido uma experiência traumática trabalhando para Epstein e que sua irmã mais nova havia sido abusada por ele. A partir desse momento, a imagem de um financista excêntrico e influente começou a ser atravessada por relatos de violência sexual, abuso e exploração de menores, denúncias que, mesmo existindo, ainda circulavam de forma silenciosa entre pessoas próximas à elite nova iorquina.

Isso evidencia que muito mais pessoas sabiam sobre o que acontecia do que se imaginava publicamente. O próprio Epstein, segundo relatos e documentos posteriormente divulgados, fazia questão de enviar e-mails mencionando festas, encontros e episódios marcados por abusos e violência sexual contra meninas. Essa prática pode ser interpretada de diferentes formas: como uma estratégia de proteção, garantindo registros que vinculam outras figuras poderosas aos crimes cometidos, ou como uma manifestação de sadismo e sentimento de impunidade. Em ambos os casos, o que se percebe é a existência de um ambiente onde o silêncio coletivo funcionava como mecanismo de preservação mútua.

Dessa forma, torna-se difícil acreditar que as equipes de comunicação, assessores de imagem e profissionais responsáveis por gerenciar reputações dentro da elite social e midiática de Nova York desconhecem completamente o que acontecia nos bastidores. Talvez não soubessem todos os detalhes, mas os rumores, denúncias e comentários já circulavam há anos entre jornalistas, empresários e pessoas próximas daquele círculo de poder. Isso reforça ainda mais a discussão sobre a responsabilidade ética da comunicação e sobre como, muitas vezes, o silêncio institucional e a preocupação em preservar determinadas imagens públicas podem contribuir para a permanência de estruturas violentas e abusivas. Essas meninas que Vicky tinha descoberto eram Annie e Maria Farmer.

As Irmãs Farmer: As Primeiras Denúncias Ignoradas

As informações apresentadas nesta seção foram obtidas por meio de pesquisa documental e análise de conteúdo de fontes jornalísticas e audiovisuais. Entre as principais fontes utilizadas destacam-se o documentário *Jeffrey Epstein: Filthy Rich* (2020), produzido pela Netflix, bem como reportagens publicadas pela *BBC* e *CNN*, que abordam os depoimentos de Maria Farmer e Annie Farmer, consideradas algumas das primeiras denunciadoras dos abusos cometidos por Jeffrey Epstein e Ghislaine Maxwell. A utilização dessas fontes permitiu reconstruir os acontecimentos relatados pelas vítimas e compreender os mecanismos de aliciamento, manipulação e silenciamento presentes no caso.

As irmãs Maria Farmer e Annie Farmer figuram entre as primeiras denunciadoras dos abusos atribuídos a Jeffrey Epstein e Ghislaine Maxwell ainda na década de 1990. Seus relatos, posteriormente divulgados em investigações jornalísticas e produções documentais, revelam não apenas episódios de violência sexual, mas também mecanismos sofisticados de aliciamento, manipulação emocional e construção de dependência que contribuíram para a manutenção das atividades criminosas durante anos. A análise de seus depoimentos permite compreender como relações de poder, influência econômica e prestígio social foram mobilizadas para dificultar o reconhecimento público das denúncias e enfraquecer a credibilidade das vítimas.

Maria Farmer era uma estudante universitária que começou a desenvolver suas pinturas durante o último ano da graduação. Em 1995, formou-se na New York Academy of Art e, na noite de sua formatura, participou de uma exposição organizada pela instituição, onde os alunos tinham a oportunidade de apresentar seus trabalhos, impulsionar suas carreiras e vender suas obras para possíveis compradores e investidores do meio artístico. Naquela noite, Maria conseguiu vender três pinturas, um feito extremamente importante para uma jovem artista em início de carreira. Mais tarde, porém, a reitora da instituição, Eileen Guggenheim, pediu que Maria desfizesse as vendas para que as obras fossem compradas por um casal de amigos próximos da academia e grandes financiadores da instituição: Jeffrey Epstein e Ghislaine Maxwell. Foi nesse momento que Maria teve seu primeiro contato com eles. Encantado com a jovem artista, Epstein afirmou que a vida dela nunca mais seria a mesma. De certa forma, e tragicamente, ele estava certo.

Algum tempo depois, Epstein entrou em contato oferecendo um trabalho para Maria em sua residência em Nova York. A função parecia administrativa e relativamente simples: ela auxiliaria no controle de pessoas que entravam e saíam da casa, além de ajudar em demandas cotidianas relacionadas ao funcionamento do local. Como muitas jovens recém-formadas, Maria enxergou naquela proposta uma oportunidade profissional importante, principalmente considerando o poder financeiro e as conexões sociais de Epstein dentro da elite nova-iorquina.

Durante o período em que trabalhou para ele, Jeffrey começou a fazer perguntas sobre sua vida pessoal e familiar, uma estratégia comum utilizada por abusadores para criar vínculos emocionais e identificar possíveis vulnerabilidades. Foi assim que ele tomou conhecimento de Annie Farmer, irmã mais nova de Maria. Annie era descrita como uma adolescente extremamente inteligente, dedicada aos estudos e com o sonho de ingressar em uma universidade da Ivy League. No entanto, a realidade financeira da família tornava esse objetivo difícil, já que instituições desse nível exigiam custos elevados e, muitas vezes, acesso a atividades extracurriculares e experiências acadêmicas que facilitam o processo seletivo.

Percebendo essa vulnerabilidade, Epstein rapidamente se ofereceu para ajudar Annie em sua trajetória acadêmica. Ele se ofereceu para pagar viagens com fins acadêmicos para a Tailândia e Vietnã. A promessa de apoio educacional e acesso a oportunidades funcionava não apenas como demonstração de generosidade, mas também como uma estratégia de aproximação e manipulação. Casos como o das irmãs Farmer mostram como Epstein utilizava poder financeiro, influência social e falsas promessas de ascensão profissional ou acadêmica para criar relações de dependência e confiança com jovens mulheres e adolescentes, explorando sonhos, inseguranças e dificuldades econômicas como ferramentas de controle.

Quando Annie foi pela primeira vez à mansão de Epstein em Manhattan acompanhada de Maria Farmer, o objetivo era apenas buscar ingressos de teatro que ele havia comprado para as duas. Em seu depoimento, Annie descreveu que Epstein parecia “muito amigável e bastante acessível”, além de estar vestido de maneira casual, transmitindo a imagem de um homem sofisticado, mas aparentemente inofensivo. Pouco tempo depois, Annie voltou a encontrá-lo durante um passeio

ao cinema ao lado de Maria. Foi nesse momento que começaram os primeiros sinais explícitos de abuso.

Segundo Annie Farmer, Epstein sentou-se entre as duas irmãs durante o filme e passou a tocá-la de forma inadequada. Primeiro acariciou sua mão e, em seguida, começou a esfregar a sola de seu sapato, depois seu pé e sua perna. Annie afirmou ter ficado extremamente nervosa diante da situação, mas decidiu não contar nada para Maria porque sua irmã mais velha era muito protetora e ela tinha medo de prejudicar seu trabalho com Epstein.

Na primavera de 1996, Annie foi convidada para passar um fim de semana no rancho de Epstein, no Novo México. Inicialmente, ela afirmou ter se sentido mais segura ao descobrir que Ghislaine Maxwell estaria presente, presumindo que se tratava da companheira de Epstein e que a presença de outra mulher representaria proteção. No entanto, foi justamente nesse contexto que o processo de manipulação e abuso se intensificou.

Annie relatou que, após algumas viagens, ficou decidido que ela aprenderia a massagear os pés de Epstein, enquanto Maxwell a ensinaria como fazer isso. Segundo Annie, ela observava Maxwell realizando os movimentos enquanto recebia instruções detalhadas. Apesar do desconforto crescente, continuou obedecendo porque não sabia como reagir diante da situação. Em seu depoimento, declarou que se sentiu extremamente desconfortável e queria parar.

Posteriormente, Maxwell perguntou se Annie já havia recebido uma massagem profissional e se ofereceu para proporcionar essa experiência. Annie foi orientada a se despir e deitar em uma maca coberta apenas por um lençol. Durante a massagem, Maxwell puxou o tecido para baixo, expondo seus seios, e começou a tocar seu peito e a parte superior dos seios de maneira inadequada. Annie afirmou que queria sair imediatamente daquela situação, mas permaneceu paralisada pelo medo e pela confusão emocional provocada pelo contexto.

No dia seguinte, Annie relatou ter acordado com Epstein entrando no quarto dizendo que queria abraçá-la. Segundo ela, ele deitou-se ao seu lado na cama e pressionou o corpo contra o dela. Annie conseguiu escapar afirmando que precisava usar o banheiro.

Os relatos de Annie Farmer ajudam a compreender como os abusos cometidos por Epstein não aconteciam de maneira impulsiva ou isolada, mas sim através de um processo calculado de

aproximação, manipulação emocional e construção de confiança. O uso da irmã mais velha como ponte de acesso, as promessas relacionadas à educação e ao futuro acadêmico, a presença estratégica de Ghislaine Maxwell e a tentativa de normalizar situações invasivas demonstram a existência de uma dinâmica de aliciamento extremamente estruturada.

O Silêncio Institucional e a Responsabilidade Ética da Comunicação

O caso das Farmer evidencia justamente uma das questões centrais deste trabalho: talvez o verdadeiro poder de Epstein não estivesse apenas em sua fortuna ou em suas conexões políticas, mas principalmente na quantidade de pessoas, instituições e profissionais que preferiram ignorar os sinais evidentes de violência. Sob a perspectiva foucaultiana, o caso Epstein demonstra que o poder não reside exclusivamente em indivíduos influentes, mas nas múltiplas relações que sustentam determinadas estruturas sociais. O silêncio institucional observado ao longo de décadas evidencia como diferentes atores contribuíram para a manutenção de um regime de verdade que favorecia a preservação de reputações e dificultava o reconhecimento das denúncias das vítimas. As denúncias existiam, as vítimas falavam, mas ainda assim houve silêncio, omissão e, muitas vezes, uma tentativa de preservar reputações e estruturas de poder acima da proteção das vítimas. Nesse contexto, as reflexões de Silva e Baldissera no livro *Comunicação Organizacional: Práticas, desafios e perspectivas digitais* (2021) contribuem para compreender que a invisibilidade não ocorre de maneira espontânea, mas pode resultar de estratégias comunicacionais deliberadamente orientadas para modular a circulação de informações e controlar a atenção pública. Segundo os autores, organizações e instituições frequentemente mobilizam estratégias político-sociotécnicas voltadas à gestão da visibilidade, especialmente quando enfrentam situações capazes de comprometer sua legitimidade perante a sociedade.

Entre essas estratégias destacam-se o monitoramento constante de situações-problema, a restrição da visibilidade a determinados públicos, a redução do alcance de conteúdos e o baralhamento de fatos por meio da valorização de narrativas alternativas. Embora formuladas para analisar a comunicação organizacional em ambientes digitais, tais categorias permitem

compreender como determinadas estruturas de poder atuam para enfraquecer denúncias, deslocar o foco da atenção pública e dificultar processos de responsabilização social.

No caso Epstein, observa-se que, durante décadas, denúncias, relatos de vítimas e indícios de comportamentos abusivos coexistiram com uma imagem pública associada ao sucesso financeiro, ao prestígio social e ao relacionamento com figuras influentes da política, do empresariado e do entretenimento. Sob essa perspectiva, o silêncio institucional não pode ser interpretado apenas como ausência de manifestação, mas como parte de uma dinâmica mais ampla de gestão da visibilidade, na qual determinadas informações permanecem em segundo plano enquanto outras recebem destaque e legitimidade. Conforme alertam Silva e Baldissera (2021), essas práticas tornam-se especialmente problemáticas quando recaem sobre temas de interesse público, pois limitam o acesso da sociedade a informações relevantes e comprometem processos de vigilância social, transparência e accountability.

Dessa forma, o caso Epstein evidencia como a preservação de reputações e a proteção de estruturas de poder podem operar por meio de mecanismos comunicacionais que reduzem a visibilidade de denúncias e enfraquecem a voz das vítimas. Mais do que um episódio envolvendo um indivíduo poderoso, trata-se de um exemplo de como processos institucionais de silenciamento podem ser sustentados pela articulação entre comunicação, poder e controle da circulação de sentidos na esfera pública.

Considerações Finais: Entre o Medo e a Responsabilidade

O desenrolar do caso Epstein culminou no seu suicídio na prisão em agosto de 2019. Ainda hoje, pairam dúvidas sobre as circunstâncias da morte, mas o fato de ele ter tirado a própria vida representou uma ruptura na narrativa de invencibilidade que se formou ao redor dele. Se Epstein realmente detinha o poder absoluto que todos temiam, se ele era capaz de intimidar figuras públicas, silenciar vítimas e evitar prisões, por que, então, ele não confiou no sistema que o beneficiou tantas vezes? Se, em 2008, ele foi preso, mas saiu rapidamente, porque, desta vez, ele não seguiu o mesmo padrão? A verdade é que o abismo que se abriu entre o homem poderoso, que parecia intocável, e o homem preso, frágil e sem saída, expôs uma realidade brutal: talvez o

poder de Epstein estivesse na estrutura que o sustentava, no medo coletivo que a elite midiática e política nutria, mas não na sua invulnerabilidade pessoal. Nessa perspectiva, a análise foucaultiana permite compreender que o poder não deve ser entendido como algo pertencente exclusivamente a um indivíduo, mas como uma rede de relações que atravessa instituições, discursos e práticas sociais. Como afirma Foucault (1979), “Homens dominam outros homens e é assim que nasce a diferença dos valores”. Essa reflexão evidencia que as relações de dominação não se sustentam apenas pela força ou pela autoridade formal, mas pela capacidade de determinados grupos de estabelecer normas, influenciar comportamentos e controlar aquilo que pode ou não ser visibilizado socialmente.

No caso Epstein, sua influência parecia ultrapassar sua condição individual. Durante anos, denúncias, relatos de vítimas e investigações coexistiram com uma rede de relações composta por figuras influentes da política, do empresariado, do sistema jurídico e dos meios de comunicação. Sob a ótica de Foucault, essa dinâmica pode ser compreendida como um sistema de dominação que se reproduz por meio de instituições e práticas sociais, permitindo que determinados sujeitos ocupem posições privilegiadas enquanto outros têm suas vozes desacreditadas ou silenciadas. Mais do que a ação de um único homem, observa-se a atuação de uma estrutura que contribuiu para legitimar determinadas relações de poder e dificultar processos de responsabilização.

Foucault também argumenta que a dominação se fixa em regras, procedimentos e mecanismos que se apresentam como naturais ou legítimos, mas que, na realidade, reproduzem relações desiguais de poder. Assim, a permanência de Epstein em posições de prestígio por tanto tempo não pode ser explicada apenas por sua capacidade de influência pessoal, mas pela existência de um contexto social e institucional que permitiu que tais mecanismos operassem de forma relativamente estável. O silêncio de pessoas próximas, a demora na responsabilização judicial e a dificuldade de transformar denúncias em consequências concretas revelam como essas relações de poder estavam profundamente enraizadas.

Dessa forma, a queda de Epstein não representa apenas o colapso de um indivíduo, mas também a exposição de uma engrenagem de poder que durante anos funcionou de maneira eficiente para

protegê-lo. Sua morte rompeu a imagem de invulnerabilidade que o cercava e revelou que o verdadeiro objeto de análise não deve ser apenas o homem, mas as estruturas de dominação que tornaram possível sua ascensão, sua proteção e a perpetuação dos abusos denunciados.

É preciso reconhecer que o medo das pessoas que orbitavam ao redor de Epstein é compreensível. É o medo de quem se sente impotente diante de uma rede de poder que parece inabalável. Mas, ao mesmo tempo, é exatamente esse medo que levanta o questionamento inevitável: eu posso sentir medo, mas, ao mesmo tempo, como posso ficar em silêncio sabendo que, a cada dia, outras meninas estão sendo devastadas por essas violências? É essa tensão moral que torna o silêncio ainda mais insuportável.

Referências

Livros

TERRA, Carolina; DREYER, Bianca Marder; RAPOSO, João Francisco (org.). *Comunicação organizacional: práticas, desafios e perspectivas digitais*. São Paulo: Summus, 2021

SILVA, Diego Wander da; BALDISSERA, Rudimar. Comunicação organizacional e estratégias de (in)visibilidade nas mídias sociais. In: TERRA, Carolina; DREYER, Bianca Marder; RAPOSO, João Francisco (org.). *Comunicação organizacional: práticas, desafios e perspectivas digitais*. São Paulo: Summus, 2021

MACHADO, Jones. Gestão de crise e mídias digitais: relações públicas aplicadas antes, durante e depois. In: TERRA, Carolina; DREYER, Bianca Marder; RAPOSO, João Francisco (org.). *Comunicação organizacional: práticas, desafios e perspectivas digitais*. São Paulo: Summus, 2021

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

Notícias da mídia

BBC NEWS. *Prince Andrew & the Epstein Scandal: The Newsnight Interview*. YouTube, 16 nov. 2019. Disponível em: <https://youtu.be/QtBS8COhhhM?si=Kvp2gKPTHYSCUXos> Acesso em: 24 de Abril.

BBC NEWS BRASIL. **O que aconteceu com os personagens centrais do caso Jeffrey Epstein, agora tema de documentário da Netflix**. *BBC News Brasil*, 1 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52879622>. Acesso em: 10 de Maio.

CNN. **Maria Farmer Epstein survivor complaint**. *CNN International*, 19 dez. 2025. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2025/12/19/politics/maria-farmer-epstein-survivor-complaint>. Acesso em 22 de Abril.

CNN BRASIL. *Quem foi Jeffrey Epstein, magnata e criminoso sexual?*. CNN Brasil, 19 dez. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quem-foi-jeffrey-epstein-magnata-e-criminoso-sexual/>. Acesso em: 24 de Abril.

INSKEEP, Steve. *Investigative journalist Vicky Ward reviews just who Jeffrey Epstein was*. NPR (National Public Radio), Morning Edition, 28 jul. 2025. Disponível em: <https://www.npr.org/2025/07/28/nx-s1-5479843/investigative-journalist-vicky-ward-reviews-just-who-jeffrey-epstein-was>. Acesso em: 01 de Maio.

JEFFREY Epstein: **Filthy Rich**. Direção: Lisa Bryant. Produção: RadicalMedia. Estados Unidos: Netflix, 2020. Série documental (4 episódios). Disponível em: <https://www.netflix.com/search?q=filthy%20&jbv=80224905>. Acesso em: 22 de Abril.

O GLOBO. **Acusadora de Jeffrey Epstein pediu que FBI investigasse Trump décadas atrás, diz *New York Times*.** *O Globo*, 22 jul. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/07/22/acusadora-de-jeffrey-epstein-pediu-que-fbi-investigasse-trump-decadas-atras-diz-new-york-times.ghtml>. Acesso em: 10 de Maio.

UNITED STATES. Department of Justice. *Epstein case records and documents*. Washington, DC: U.S. Department of Justice, [s.d.]. Disponível em: <https://www.justice.gov/epstein>. Acesso em: 31 de Março.

WARD, Vicky. *The Talented Mr. Epstein*. Vanity Fair, New York, mar. 2003. Disponível em: <https://archive.vanityfair.com/article/2003/3/the-talented-mr-epstein>. Acesso em: 22 de Abril.